

# Estudo Técnico Preliminar 34/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.017207/2025-89

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo apresentar os elementos técnicos essenciais à contratação de obras para construção de **Centros de Acolhimento de Estudantes Universitários** em quatro *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A iniciativa visa atender diferentes perfis de estudantes:

- Campus Chapecó/SC: estudantes universitários indígenas;
- Campus Erechim/RS: estudantes envolvidos em atividades de educação no campo em regime de alternância;
- Campus Laranjeiras do Sul/PR: estudantes envolvidos em atividades de educação no campo em regime de alternância.
- Campus Realeza/PR: estudantes recém-ingressos em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica

### Origem da Demanda:

2.2. A demanda surgiu pela necessidade de oferecer espaços adequados aos estudantes, contribuindo para a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes no ensino superior.

2.3. As demandas dos **Centros de Acolhimento** surgiu:

2.3.1. Para o **campus Chapecó a Casa de Apoio a Estudante Indígenas** é para proporcionar à este estudantes um espaço de acolhimento provisória, pois os mesmos deslocam-se para estudar dos seus locais de origem sem ter um local definido para se abrigar na cidade de Chapecó.

2.3.2. Para o **campus Erechim o Centro de Formação em Alternância** é devido aos cursos voltados à educação no campo e Agronomia - Pontão no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A turma é ofertada em parceria entre UFFS, Instituto Educar, de Pontão/RS e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que exige a presença física dos/as estudantes no Campus durante o chamado "Tempo- Universidade" e aulas práticas, período no qual as aulas são ministradas no campus. Durante essa etapa, os/as educandos/as permanecem alojados/as no Campus, o que torna a existência de uma infraestrutura de acolhimento uma condição essencial. Nessa fase, o centro de acolhimento se torna o espaço de vida desses estudantes, exigindo qualidade, segurança, conforto e acessibilidade.

2.3.3. E para o **campus Laranjeiras do Sul o Centro de Pedagogia da Alternância** é devido a necessidade de um local para a continuidade das atividades de ensino do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura (LEDOC: CSH). O curso forma professores para atuar nos componentes de História, Geografia, Filosofia e Sociologia na educação básica, além de preparar para a gestão das escolas e para atuação em ambientes de educação não formal. A existência de um espaço para alojamento e alimentação servirá de suporte para diferentes projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na UFFS.

2.3.4. Para o **campus Realeza a Casa de Apoio ao Estudante** é para acolhimento em caráter temporário, de uso rotativo, especialmente voltada aos estudantes recém-ingressos em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Além de garantir suporte habitacional, a proposta tem um forte componente social, contribuindo para: Redução dos índices de evasão; Promoção da equidade e democratização do acesso ao ensino superior; Fortalecimento dos vínculos comunitários e acadêmicos; Valorização da diversidade, com atenção prioritária aos estudantes negros(as), indígenas, imigrantes e oriundos de outras regiões.

### Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda:

2.4. Pelas demandas estarem contempladas pelo Novo PAC com previsão de repasse via Termo de Execução Descentralizada, a não execução destes objetos deixará de atender o compromisso institucional com a promoção da equidade, diversidade e inclusão.

2.5. Com a ausência de estrutura adequada de acolhimento nos respectivos campi para atender estes estudantes específicos, a instituição poderá ter aumento da taxa de evasão.

2.6. Sem estas edificações a Instituição UFFS deixa de contribuir com a necessidade de espaços que respeitem as especificidades culturais, sociais e pedagógicas dos estudantes indígenas e dos que atuam com educação do campo.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS	DAIANE REGINA VALENTINI

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os objetos serão classificados como *OBRA*, considerando o artigo 6º, inciso XII da Lei n. 14.133, de 2021 as definições de obra são:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

4.1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018 e art. 48 da Lei 14.133/2021, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFFS, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.1.2. As obras serão executadas nos imóveis pertencentes a UFFS:

- campus Chapecó - matrícula do Registro de Imóvel nº 83.046;
- campus Erechim - matrícula do Registro de Imóvel nº 55.131;
- campus Laranjeiras do Sul - matrícula do Registro de Imóvel nº 28.663;
- campus Realeza - matrícula do Registro de Imóvel nº 26.426.

4.2.O prazo de execução inicial poderá ser estimado em até 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, e o prazo de vigência contratual inicial adequado poderá ser de 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos contados da assinatura do Contrato, podendo os respectivos prazos serem prorrogados na forma do art. 105 da Lei nº14.133, de 2021.

4.2.2 A execução será iniciada com Ordem de Serviço que será emitida pela Secretaria Especial de Obras - SEO.

4.2.3. No Contrato será melhor detalhado as regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.2.4. Indicamos que os serviços sejam realizados em etapa única.

4.3. Dentre os regimes de execução do contrato sugere-se o de *empreitada por preço unitário*, pois este regime está definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade determinada. E a remuneração da contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

#### Garantias da execução e dos serviços:

4.4. Será exigida a correspondente a garantia da execução nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, nas modalidades previstas, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato (art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021).

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo

4.4.1. As contratadas apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades caução e fiança bancária.

4.4.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A **Garantia do produto/serviço** é de 5 anos de acordo com o art. 618 do Código Civil – Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

4.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Exigências de habilitação**

4.6. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

#### **Qualificação técnica da Contratada** (Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.7. Registro da empresa no conselho profissional: Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou CAU.

- A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66)
- A obrigatoriedade de registro no CAU é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 12.378/10)

4.8. A qualificação técnico operacional : Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço objeto da contratação; devidamente registrado(s) no CREA acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico– CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que os responsáveis técnicos da licitante tenham executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

4.8.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.9. A **qualificação técnico profissional**: O licitante deverá possuir em seu quadro, por vínculo empregatício ou por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes à exigida na capacidade técnico operacional.

4.9.1. Por se tratar de execução de serviço de engenharia, faz-se necessária a comprovação de qualificação técnica dos profissionais pertencentes ao quadro da empresa. Tal exigência encontra justificativa na importância e na complexidade do objeto, sendo fundamental que a Empresa seja reconhecidamente capaz de executar a obra com os requisitos necessários de qualidade, funcionalidade, durabilidade e segurança.

4.9.2. A exigência de qualificação técnica visa ainda garantir que não se formalize contrato com quem não possa demonstrar, mediante sólida documentação, qualificação para o atendimento ao Objeto que se anunciou.

4.9.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.10. **Qualificação econômico-financeira**: de acordo com o art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)

4.10.1. Quando apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma do §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021, que possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como exigência para sua habilitação.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

## Vistoria

4.11. Considerando a características da contratação é *facultado* aos Licitantes, a realização de Vistoria para conhecimento do local onde serão prestados os serviços.

4.12. Se ocorrer vistoria o agendamento deverá ser efetuado previamente, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, com:

- Campus Chapecó/SC: com a Secretaria Especial de Obras, pelo e-mail: seobras@uffs.edu.br ou pelo telefone: (49) 2049-3110



- Campus Erechim/RS: com a Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus Erechim: no e-mail assin.er@uffs.edu.br ou pelo telefone (54) 3321-7075
- Campus Laranjeiras do Sul/PR: com a Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus Laranjeiras do Sul: no e-mail assin.ls@uffs.edu.br ou pelo telefone (42) 3635 0011 e (42) 3635 0021
- Campus Realeza/PR: com a Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus Realeza: no e-mail assin.re@uffs.edu.br ou pelo telefone (46) 3543-8451 ou (46) 3543-8308

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

#### **Subcontratação**

4.14. O objeto deste certame poderá ter subcontratações, os percentuais estarão definidos no Encarte Técnico e no Termo de Justificativa Técnica que será um dos Anexo do Termo de Referência.

#### **Critérios de sustentabilidade**

4.15. Estes serviços deverão estar de acordo com padrões de sustentabilidade exigidos na Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI /MPOG. Em qualquer situação deverão ser aplicadas as normas do INMETRO e as normas da ABNT, Normas de Segurança e de Prevenção Contra Incêndio, atualizadas e específicas para cada situação.

4.16. Os projetos foram elaborados conforme legislação vigente e normas da ABNT aplicáveis, seguindo as boas práticas e levando em consideração a economia de materiais, utilização de materiais menos poluentes etc.

4.17. As contratações deverão estar em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

#### **Normativos que disciplinam os serviços objetos desta contratação**

4.18. Os serviços de instalação de equipamentos e materiais que venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos seguintes requisitos técnicos, e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas, que vierem a substituí-los ou complementá-los:

- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 6.496/77 – Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei Federal nº 12.378/2010 – Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo;
- Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia –CONFEA;
- DECRETO nº 7.983 de 2013 – Regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência;
- Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI/MPOG - critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens;
- Manual de Obras Públicas - Edificações Práticas da SEAP - Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio;
- Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - AGU;
- NBR 9050 - Norma Brasileira para Acessibilidade;
- NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- ABNT NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNTNBR5419-1 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;
- ABNTNBR5419-2 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de risco;
- ABNT NBR5419-3 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida;
- ABNTNBR5419-4 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura.
- ABNTNBR13570 Instalações elétricas em locais de a urgência de público Requisitos específicos;
- ABNTNBR13534 Instalações elétricas de baixa tensão- Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- ABNT NBR NM 60669-1 Interruptores para instalações elétricas fixas domésticas e análogas Parte 1: Requisitos gerais;
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1 Iluminação de ambientes de trabalho Parte 1: Interior;
- ABNT NBR NM 60898 Disjuntores para proteção de sobrecorrentes para instalações domésticas e similares (IEC 60898: 1995, MOD);
- ABNT NBR IEC 60947-2 Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão Parte 2: Disjuntores;
- NBR 14565:2013 Cabeamento de telecomunicações para edifícios comerciais;
- ABNT NBR 16401: Instalações de ar-condicionado – Centrais e unitário;
- ABNT NBR 14679: Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- Resolução técnica CBMRS Nº 01 DIRETRIZES BÁSICAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO 2022;

- ABNT NBR 13103 – Instalação de aparelhos a gás – Requisitos. e) Resolução RDC nº 50 de 21/02/2002 – ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- ABNT NBR 16069: Segurança em sistemas frigoríficos;
- ABNT NBR 14518: Sistema de ventilação para cozinhas profissionais;
- ABNT NBR 13523: Central predial de gás liquefeito de petróleo(GLP);
- ABNT NBR 15358: Rede de distribuição interna para gás combustível em instalações de uso não residencial de até 400 kPa – Projeto e execução;
- Instrução normativa IN 008/DAT/CBMSC. Instalação de gás combustível (GLP e GN ) - IGC;
- Norma de procedimento técnico do CBMPR, NPT 028 – NPT 028 – MANIPULAÇÃO, ARMAZENAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE G.L.P.;

### Informações complementares

4.19. Por se tratar de novas construções de edificações denominadas Centros de Acolhimentos destinadas aos campi Chapecó/SC, Erechim/RS, Laranjeiras do Sul e Realeza/PR, o detalhamento da padronização, da estética e técnica será descrito nos documentos de Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas no desenvolvimento dos projetos arquitetônicos e complementares de engenharia.

4.20. Para estas edificações, após a confirmação da instituição ser contemplada com os valores do Novo PAC, foi criado grupo de trabalho para discutir o programa de necessidades, sendo realizadas apresentações públicas, anexamos neste ETP o documento entregue pelo grupo de trabalho.

4.21. Para agilizar o desenvolvimento dos documentos técnicos pela equipe da Secretaria Especial de Obras, sugeriu-se que as edificações fossem similares para os quatro campi, e assim ser possível atender as especificidades e particularidades de cada demanda. No item 6.4 estão descritas o que cada edificação deverá contemplar. Com o estudo preliminar realizado pelo LAB-CROKI a equipe técnica da SEO iniciou o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos atendendo o Estudo apresentado pelo grupo de trabalho.

4.22. Cada edificação contará com climatização em cada quarto, e área de convivência para o conforto térmico. A área de copa deverá ter exaustão e coifas. Sugere-se que estes equipamentos sejam adquiridos junto com a obra, isso pela necessidade das instalações elétricas e demais acessórios estejam compatíveis com as áreas a serem atendidas, este estudo deverá estar detalhado nos documentos técnicos elaborados pelo engenheiros da área de mecânica.

4.23. Também deverá ter acesso a rede de internet, instalações preventivas contra incêndio, rede de gás GLP, e demais instalações necessário para o funcionamento das edificações, atendendo as normas de segurança e acessibilidade.

4.24. Muitas informações solicitadas neste ETP estarão contempladas no Encarte Técnico - Projetos Básicos/ Executivo e nos Memoriais Descritivos e de Especificações, e também no Termo de Justificativas Técnicas.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Dentro das soluções possíveis de mercado, está se considerando que a opção mais vantajosa para a administração será a de contratar uma empresa especializada para a realização destas obras.

5.2. Por trata-se de *OBRA*, diversos empresas/construtoras/fornecedores que possuem condições e habilidades para a realização destes serviços, tanto a nível local como nacional podem participar da licitação.

5.3. As soluções disponíveis no mercado compõem-se de contratação de serviços de engenharia, o qual tem projetos elaborados pelos engenheiros da instituição, sendo pensando na melhor alternativa possível para a Administração.

5.4. Como os serviços oriundos destas contratação não possuírem especificidades, entende-se que o mercado apto para a participação desta licitação é amplo, pois abrange todos os fornecedores de obras/construtoras.

5.5. A exclusividade de participação de fornecedores na condição de ME/EPP/COOP na licitação, em função do valor estimado do objeto a ser licitado a referida aquisição não prevê a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538 /2015.

5.6. Em análise de alternativas consideradas:

- Reforma de imóveis existentes (não há espaços disponíveis nos campi que atendem aos requisitos técnicos, culturais e pedagógicos);

- Locação de imóveis (solução paliativa e de alto custo a longo prazo);
- **Construção de novas estruturas** (solução recomendada).

5.7. Para estimar os **custos de novas estruturas** e para auxiliar na elaboração de uma pesquisa de preços para a licitação das quatro edificações mencionadas, podemos utilizar os dados mais recentes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), referência oficial para orçamentos públicos conforme o Decreto nº 7.983/2013.

*Custo Médio por Metro Quadrado (março de 2025):* os custos médios por metro quadrado para cada estado onde as obras serão realizadas são:

- **Santa Catarina (Chapecó/SC):** R\$ 2.057,33/m<sup>2</sup>
- **Rio Grande do Sul (Erechim/RS):** R\$ 1.790,50/m<sup>2</sup>
- **Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza/PR):** R\$ 1.944,46/m<sup>2</sup>

**Estimativa de Custos por Edificação:** Com base nas áreas previstas para cada edificação, temos a seguinte estimativa de custos:

**1. Casa de Apoio a Estudantes Indígenas – Chapecó/SC**

- Área: 1.231,55 m<sup>2</sup>
- Custo estimado:  $1.231,55 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 2.057,33/\text{m}^2 = \text{R\$ } 2.533.704,76$

**2. Centro de Formação e Alternância – Erechim/RS**

- Área: 1.231,55 m<sup>2</sup>
- Custo estimado:  $1.231,55 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 1.790,50/\text{m}^2 = \text{R\$ } 2.205.000,00$

**3. Centro de Pedagogia da Alternância – Laranjeiras do Sul/PR**

- Área: 1.231,55 m<sup>2</sup>
- Custo estimado:  $1.231,55 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 1.944,46/\text{m}^2 = \text{R\$ } 2.205.000,00$

**4. Casa de Apoio ao Estudante – Realeza/PR**

- Área: 543,90 m<sup>2</sup>
- Custo estimado:  $543,90 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 1.944,46/\text{m}^2 = \text{R\$ } 1.057.591,79$

**Total estimado:** R\$ 8.001.296,55

Considerações Importantes:

- **Atualização dos Valores:** Os valores do SINAPI são atualizados mensalmente. Recomenda-se verificar os dados mais recentes no site oficial do IBGE antes da finalização do orçamento.
- **Especificidades das Obras:** O custo por metro quadrado pode variar conforme as especificações técnicas, padrões construtivos e particularidades de cada projeto.
- **Inclusão de Encargos:** Os valores apresentados não incluem encargos adicionais como mobilização, demolições, fundações especiais, entre outros.

5.8. Para estimar os custos de **locação de imóveis** com áreas similares às das edificações planejadas em Chapecó/SC, Erechim/RS e Laranjeiras do Sul/PR, fazendo uma pesquisa de mercado considerando imóveis comerciais disponíveis nessas cidades, temos:

**Chapecó/SC – Casa de Apoio a Estudantes Indígenas (~1.231,55 m<sup>2</sup>)**

Imóveis comerciais de grande porte são escassos no mercado de locação em Chapecó. A maioria das ofertas disponíveis são salas comerciais com áreas entre 68 m<sup>2</sup> e 75 m<sup>2</sup>, com valores de aluguel variando de R\$ 3.100,00 a R\$ 3.371,00 mensais.

**Estimativa de custo mensal para 1.231,55 m<sup>2</sup>:**

- **Preço médio por m²:** R\$ 45,00
- **Custo estimado:**  $1.231,55 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 45,00/\text{m}^2 = \text{R\$ } 55.419,75$

#### Erechim/RS – Centro de Formação e Alternância (~1.231,55 m²)

Em Erechim, há ofertas de salas comerciais com áreas entre 800 m² e 1.200 m², com valores de aluguel variando de R\$ 7.700,00 a R\$ 9.500,00 mensais.

#### Estimativa de custo mensal para 1.231,55 m²:

- **Preço médio por m²:** R\$ 8,00
- **Custo estimado:**  $1.231,55 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 8,00/\text{m}^2 = \text{R\$ } 9.852,40$

#### Laranjeiras do Sul/PR – Centro de Pedagogia da Alternância (~ 2.400 m²)

Em Laranjeiras do Sul, identificou-se um imóvel comercial com área total de 1.800 m² disponível para locação, embora o valor do aluguel não esteja especificado. Outras ofertas incluem salas comerciais com áreas entre 80 m² e 450 m², com valores de aluguel variando de R\$ 1.200,00 a R\$ 5.500,00 mensais.

#### Estimativa de custo mensal para 2.400,00 m²:

- **Preço médio por m²:** R\$ 20,00
- **Custo estimado:**  $2.400 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 20,00/\text{m}^2 = \text{R\$ } 48.000,00$

#### Realeza/PR - Casa de Apoio ao Estudante (~350,00 m²)

- **Preço médio por m²:** R\$ 20,00
- **Custo estimado:**  $543,90 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 20,00/\text{m}^2 = \text{R\$ } 10.878,00$

#### Considerações Finais

- **Disponibilidade:** Imóveis com áreas superiores a 1.000 m² são raros no mercado de locação dessas cidades, o que pode limitar as opções disponíveis. E as edificações, se disponíveis, não atenderiam as necessidades da instituição, pois os imóveis deste porte geralmente são salas comerciais. Outro ponto a considerar é a questão de acessibilidade, proteção contra incêndio, segurança.
- **Custo-Benefício:** Comparando os custos estimados de aluguel com os custos de construção anteriormente mencionados, a construção das edificações pode ser mais vantajosa a longo prazo, especialmente considerando a escassez de imóveis adequados para locação. Se imóvel alugado, precisamos considerar os custos de deslocamento até o campus, os gastos com energia elétrica, água, internet e segurança patrimonial.
- **Negociação:** Os valores de aluguel podem variar conforme localização, estado de conservação e negociação com os proprietários.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é de empresa especializada que atua na área de construção civil, o fornecimento habitual dos serviços demandados, além da existência de inúmeras prestadoras de serviço com potencial para participar da licitação.

6.2. Os objetos são:

- Contratação de empresa especializada para construção das obras destinada a Casa de Apoio de Estudantes Indígenas do campus Chapecó, no Estado de Santa Catarina, da Universidade Federal da Fronteira Sul; com área construída de 1.231,55 m²;

- Contratação de empresa especializada para construção das obras destinada ao Centro de Formação e Alternância do campus Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal da Fronteira Sul; com área construída de 1.231,55 m<sup>2</sup>;
- Contratação de empresa especializada para construção das obras destinada ao Centro de Pedagogia da Alternância do campus Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, da Universidade Federal da Fronteira Sul; com área construída de 2.400,00 m<sup>2</sup>; e
- Contratação de empresa especializada para construção das obras destinada a Casa de Apoio ao Estudante do campus Realeza, no Estado do Paraná, da Universidade Federal da Fronteira Sul; com área construída de 543,90 m<sup>2</sup>;

6.3. Para estas obras os serviços necessários serão: obras de construção civil e arquitetura, movimentação de terra, fundações, superestrutura, alvenaria, esquadrias, cobertura, revestimentos, impermeabilização, instalações hidrossanitárias, instalações mecânicas, instalações elétrica, instalações preventivas contra, incêndio, instalações telecomunicações, louças e acessórios, drenagem pluvial, paisagismo e urbanismo.

6.4. Em resumo as edificações (modelo em anexo ao ETP) contarão com:

**Campus Chapecó:** Terá 2 módulos com 5 dormitórios cada, sendo 4 camas com capacidade de abrigar 4 estudantes por dormitório e 20 estudantes em cada um dos módulos, resultando em ocupação total de 40 leitos, com 2 banheiros coletivos (MASC/FEM) e dois acessíveis (MASC/FEM), todos com chuveiros. contempla ainda lavanderia com varanda externa para secagem de roupas. cada um dos módulos possui ampla área de convivência, com varandas, cozinha equipada e sanitários acessíveis (MASC/FEM).

**Campus Erechim:** Terá 2 módulos com 5 dormitórios cada, sendo 4 camas + camas auxiliares, com capacidade de abrigar 6 estudantes por dormitório e 30 estudantes em cada um dos módulos, resultando em ocupação total de 60 leitos, com 2 banheiros coletivos (MASC/FEM) e dois acessíveis (MASC/FEM), todos com chuveiros. contempla ainda lavanderia com varanda externa para secagem de roupas. cada um dos módulos possui ampla área de convivência, com varandas, cozinha equipada e sanitários acessíveis (MASC/FEM).

**Campus Laranjeiras do Sul:** Terá 2 módulos com 5 dormitórios cada, sendo 4 camas + camas auxiliares, com capacidade de abrigar 6 estudantes por dormitório e 30 estudantes em cada um dos módulos, resultando em ocupação total de 60 leitos, com 2 banheiros coletivos (MASC/FEM) e dois acessíveis (MASC/FEM), todos com chuveiros. contempla ainda lavanderia com varanda externa para secagem de roupas. cada um dos módulos possui ampla área de convivência, com varandas, cozinha equipada e sanitários acessíveis (MASC/FEM). Contempla ainda auditório com capacidade de 150 lugares e sala de aula em anexo para 50 pessoas, atendidos por copa e conjunto próprio de sanitários coletivos e acessíveis (MASC/FEM).

**Campus Realeza:** Terá 1 módulo com 5 dormitórios, sendo 4 camas + camas auxiliares, com capacidade de abrigar 6 estudantes por dormitório e 30 estudantes, com 2 banheiros coletivos (MASC/FEM) e dois acessíveis (MASC/FEM), todos com chuveiros; contempla ainda lavanderia com varanda externa para secagem de roupas; o módulo possui ampla área de convivência, com varanda, cozinha equipada e sanitários acessíveis (MASC/FEM).

6.5. Todas as descrições e especificações serão melhor detalhadas nos respectivos documentos técnicos, como:

- Memoriais Descritivos;
- Encarte Técnico;
- Projetos arquitetônicos e complementares de engenharia;
- Planilhas Orçamentárias e Cronogramas físico-financeiros;
- Termo de Justificativa Técnica.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo da demanda será estimado considerando todos os serviços destinados a execução da obra, até o funcionamento da edificação, conforme demonstrado através da planilha de composição de preços que será posteriormente juntadas ao processo licitatório, de acordo com o previsto no Decreto 7.983/2013.

- **Centro de Formação e Alternância – Campus Erechim:** aproximadamente 1.231,55 m<sup>2</sup>
- **Centro de Pedagogia da Alternância – Campus Laranjeiras do Sul:** aproximadamente 2.400 m<sup>2</sup>
- **Casa de Apoio a Estudantes Indígenas – Campus Chapecó:** aproximadamente 1.231,55 m<sup>2</sup>
- **Casa de Apoio ao Estudante – Campus Realeza:** aproximadamente 543,90 m<sup>2</sup>

7.2. As diretrizes para a prestação dos serviços estarão melhor detalhadas nos Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas, estas pretendem indicar as exigências mínimas para atender a necessidade da instituição.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 11.500.000,00

8.1. A definição dos custos unitários de referência para estas contratações será observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021. E os itens que não estiverem contemplados nas tabelas de referência SINAPI e/ou ORSE, serão adotados custos obtidos em cotações de pesquisa de mercado.

- **Centro de Formação e Alternância – Campus Erechim:**
  - **Valor previsto via TED 14534:** R\$ 2.500.000,00
- **Centro de Pedagogia da Alternância – Campus Laranjeiras do Sul:**
  - **Valor previsto via TED 14529:** R\$ 5.000.000,00
- **Casa de Apoio a Estudantes Indígenas – Campus Chapecó:**
  - **Valor previsto via TED 14535:** R\$ 2.500.000,00
- **Casa de Apoio ao Estudante – Campus Realeza:**
  - **Valor previsto via emendas:** R\$ 1.500.000,00

8.2. Esses investimentos serão viabilizados pelo **Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)**, por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) firmados com a instituição.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá parcelamento da solução, tendo em vista esta ser uma obra única. A justificativa com relação ao parcelamento ou não da solução estará no documento “Encarte Técnico” e “Termo de Justificativa Técnica”, o qual detalhará a opção pelo não parcelamento e as possibilidades de subcontratação de parte do objeto.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A necessidade institucional do presente Estudo, não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida esta prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações PCA 2025, cadastrados os Documentos de Formalização de Demandas - DFD nº 513-2024, 514-2024, 515-2024 e 348-2025.

11.2. No PDI (2019-2023)

- Alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-PPA UFFS 2020-2023 – atualização 21.12.2020), conforme descrito a seguir:
  - **Objetivo 1 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação:** Objetivo específico 19 – Construir o Centro de Pedagogia e Alternância para o Campus Laranjeiras do Sul, que tem a finalidade de um espaço físico onde poderão acontecer amplos debates e formações dos sujeitos coletivos, tais como os povos indígenas e movimentos sociais.

- **Objetivo 8 – Permanência do estudante de Graduação:** Objetivo específico 1 – Discutir a construção das moradias estudantis para os campi da UFFS

11.3. No PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL ANUAL (PA) E PROPOSTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UFFS 2025 - consta o plano de ação SEO004.

11.4. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025

Data de publicação no PNCP: 16/01/2025

Classe/Grupo: 542- SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL

Identificador da Futura Contratação: 68/2025

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os Centros de Acolhimento e Alternância nos campi de Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza é uma ação estratégica e necessária para garantir condições adequadas de permanência de estudantes indígenas e estudantes da educação do campo. A medida fortalece a política de inclusão, equidade e responsabilidade social da UFFS, sendo plenamente justificada pelos benefícios sociais, educacionais e culturais gerados. Além disso, encontra-se em consonância com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Importante a licitante analisar todos os documentos técnicos, bem como a planilha orçamentária, para apresentar à fiscalização possíveis inconsistências no material para que, em tempo hábil, a contratante possa apresentar as soluções, não ocorrendo paralisações ou falta de frente de obra.

13.2. A contratada também deverá apresentar após a contratação um leiaute do canteiro de obras, e também providenciar entrada de energia e água para uso na obra.

13.3. Não existem providências da parte da equipe de planejamento e da instituição a ser tomada para a pretensa contratação, e as tramitações dos planos de trabalhos para as aprovações dos TEDs 14529, 14533 e 14535 estão sendo tomadas, para que o recurso esteja garantido para empenhar. E demais documentos técnicos necessários para a viabilização da licitação estão sendo finalizados para agilizar o encaminhamento do processo licitatório.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento da contratação entende ser viável a contratação, pois existem muitas empresas/fornecedores de obras /construtoras no mercado que estão aptas a participar desta licitação. Outro ponto a destacar é que as demandas foram contempladas pelo Novo PAC e os valores a investir serão de repasse de recurso via TED, como também de emendas parlamentares.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Coordenadora da Equipe de Planejamento da Contratação -PORTARIA Nº 2057/PROAD/UFS/2025

**DAIANE REGINA VALENTINI**

Autoridade competente

**SANDRA SALETE VILBERT**

Membro da comissão de contratação

**ADRIANA FREITAG MIGOTT**

Membro da comissão de contratação

**ADEMIR TANCINI**

Membro da comissão de contratação

**DANIEL ESPIG**

Membro da comissão de contratação



**GIOVANI FAVERO**

Membro da comissão de contratação

**DIEGO GNOATTO**

Membro da comissão de contratação

**SILVIO ANTONIO TESTON**

Membro da comissão de contratação

**RODRIGO EMMER**

Membro da comissão de contratação

**CLAUDIO LUIZ POMPERMAIER**

Membro da comissão de contratação

**FABIO ALEX ZENARO**

Membro da comissão de contratação

**ELIZABETE MARIA DA SILVA PEDROSKI**

Membro da comissão de contratação

**ADRIANA REMIAO LUZARDO**

Membro da comissão de contratação

**WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS**

Membro da comissão de contratação

**JULIANA ANA CHIARELLO**

Membro da comissão de contratação

**FABIO ONETTA**

Membro da comissão de contratação

**CLADIS JULIANA LUTINSKI**

Membro da comissão de contratação

**FABRICIO BALESTRIN**

Membro da comissão de contratação

**EDSON ANTONIO SANTOLIN**

Membro da comissão de contratação



# NOSSO LUGAR

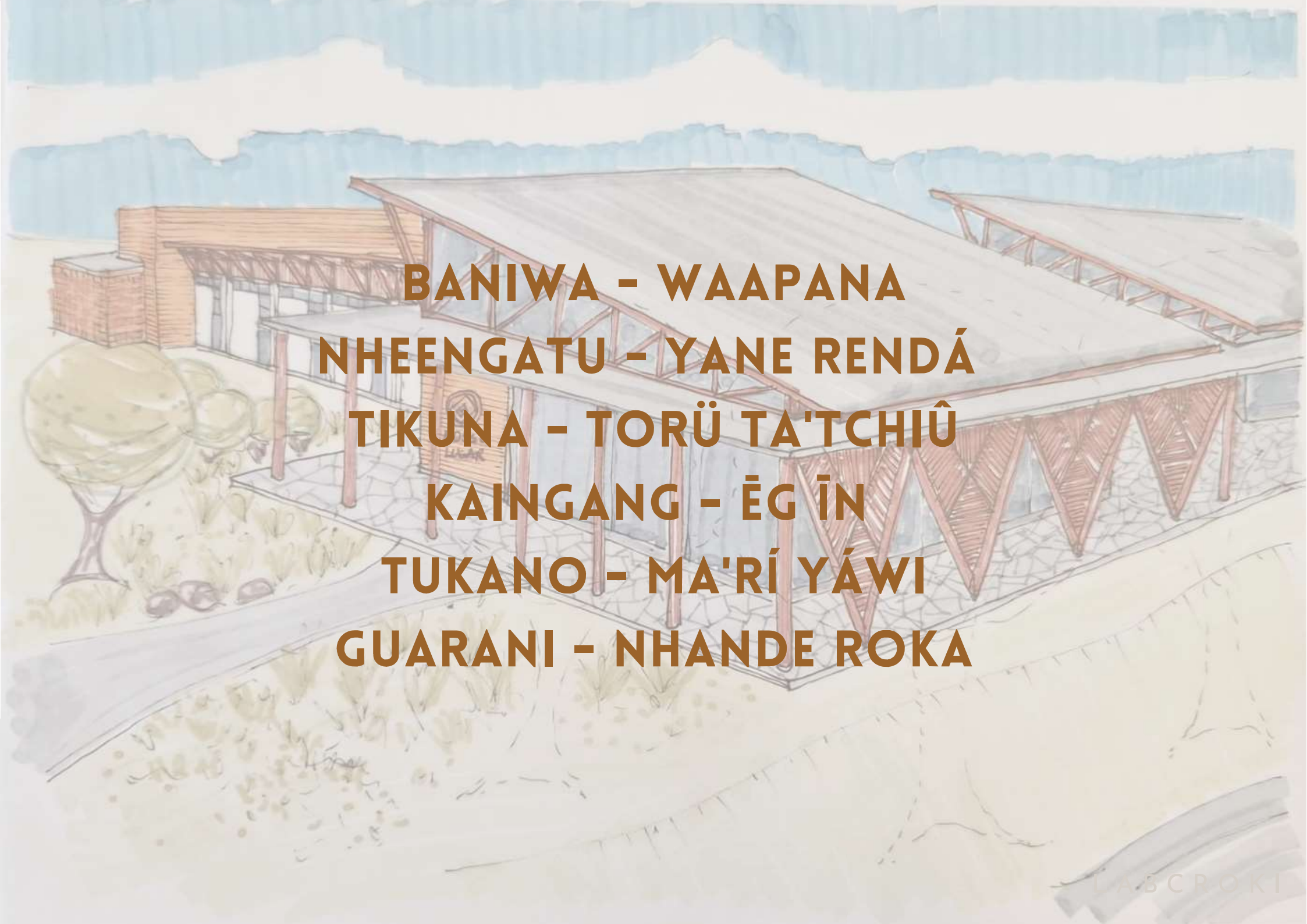
Centro de Acolhimento e Alternância  
Universidade Federal da Fronteira Sul

**DOCENTES  
COORDENADORES:**  
NAUIRA ZANIN  
VINICIUS LINCZUK

**PROJETO DE EXTENSÃO  
VINCULADO AO LAB CROKI:**  
ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO  
INDÍGENA NA UFFS

**ESTUDANTES:**  
EDUARDO VORTMANN  
EDSON CORDEIRO  
FELIPE WALTER  
JEISSENY PINEDO  
MARIA VALENTINA OLIVEIRA  
LEONARDO PEREIRA

LABCROKI



**BANIWA - WAAPANA  
NHEENGATU - YANE RENDÁ  
TIKUNA - TORÜ TA'TCHIÛ  
KAINGANG - ÈG ÌN  
TUKANO - MA'RÍ YÁWI  
GUARANI - NHANDÉ ROKA**





LOGOTIPO  
ERECHIM E CHAPECÓ



Centro de Acolhimento e Alternância  
Universidade Federal da Fronteira Sul

LOGOTIPO  
LARANJEIRAS DO SUL



Centro de Acolhimento e de Pedagogia  
de Alternância da Universidade Federal  
da Fronteira Sul



# TERRENOS ADOTADOS



ERECHIM - RS



LARANJEIRAS DO SUL - PR



# IMPLANTAÇÃO - ERECHIM





# IMPLANTAÇÃO: ampliações futuras





# IMPLANTAÇÃO - LARANJEIRAS





# APRESENTAÇÕES:



APRESENTAÇÃO 1 DA PROPOSTA

EM ERECHIM - PARA ESTUDANTES DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO



APRESENTAÇÃO 2 DA PROPOSTA

EM ERECHIM - PARA ESTUDANTES DA  
AGRONOMIA INSTITUTO EDUCAR



APRESENTAÇÃO 3 DA PROPOSTA

EM CHAPECÓ - PARA ESTUDANTES  
INDÍGENAS E AUTORIDADES DA DIREÇÃO



APRESENTAÇÃO 4 DA PROPOSTA

EM ERECHIM - PARA ESTUDANTES DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO DE LARANJEIRAS  
DO SUL

# PROGRAMA DE NECESSIDADES

## SETOR

### DORMITÓRIOS

- 2 BLOCOS ADAPTÁVEIS PARA MASCULINO, FEMININO E FAMILIAR;
- CAPACIDADE TOTAL DE 60 PESSOAS, SENDO 30 POR BLOCO.

### BANHEIROS/VESTIÁRIOS

EM CADA BLOCO NO BANHEIRO COLETIVO:

- 3 BACIAS SANITÁRIAS;
- 3 CHUVEIROS;
- 4 PIAS;
- 2 BANHEIROS FAMÍLIA COMPLETO (CHUVEIRO, TROCADOR E PIA);
- 1 BANHEIRO PARA PCD COMPLETO (CHUVEIRO E PIA);

### CONVIVÊNCIA

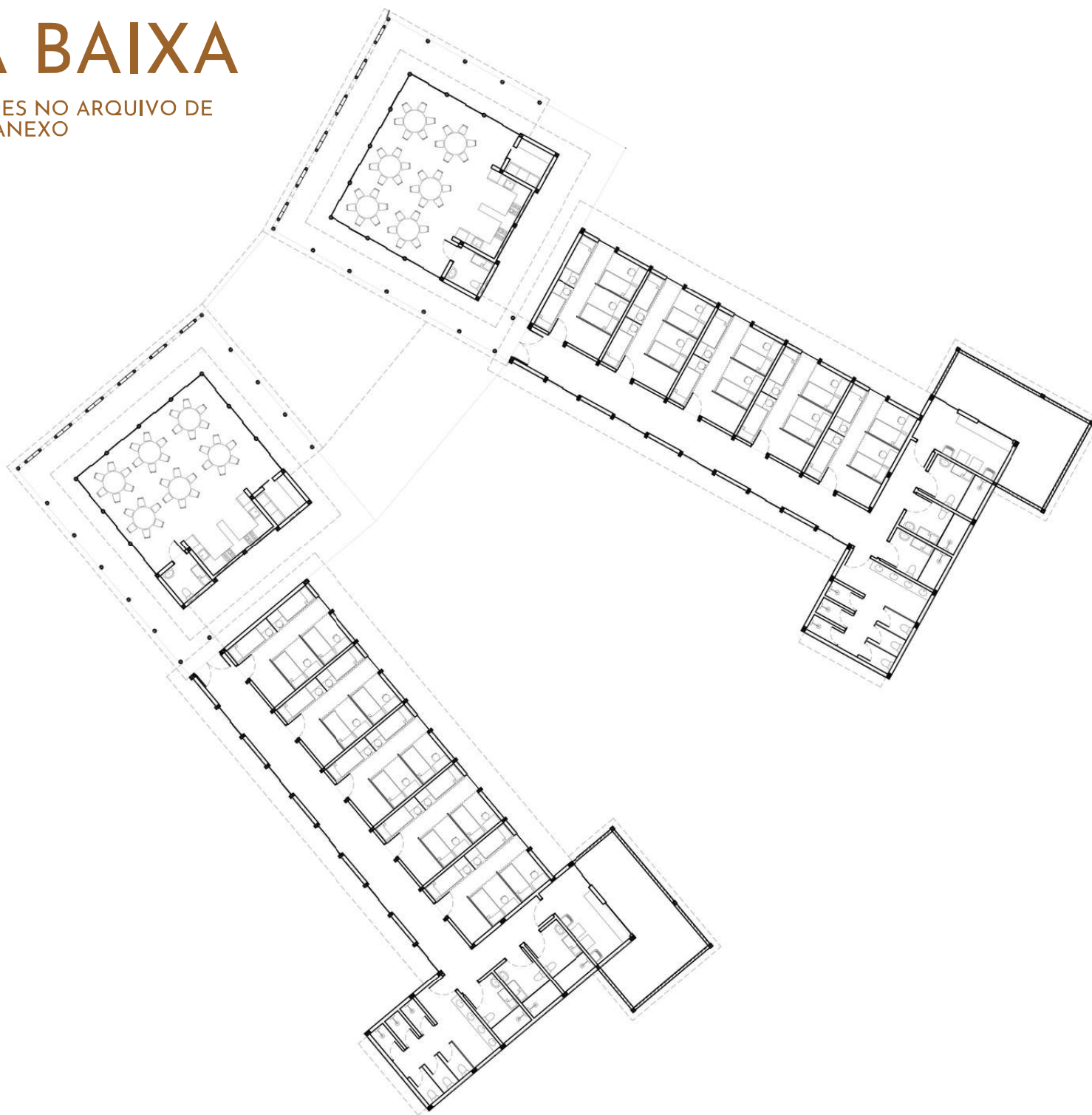
- BLOCO ADAPTÁVEL:
- ÁREA FECHADA PARA CONVÍVIO E REFEIÇÕES;
- CONVÍVIO EM ESPAÇOS COBERTOS E NÃO COBERTOS EM ÁREAS AO AR LIVRE;

### SERVIÇO

- LAVANDERIA COM ESPAÇO EXTERNO;
- SALA ADAPTÁVEL NO BLOCO DE CONVIVÊNCIA QUE PODE SERVIR DE:
- DML;
  - DESPENSA;
  - ENFERMARIA;
  - SALA DE APOIO PEDAGÓGICO;

# PLANTA BAIXA

\*DEMAIS DOCUMENTAÇÕES NO ARQUIVO DE  
AUTOCAD ENVIADO EM ANEXO





# MARCAÇÕES DAS VISTAS



# IMAGENS





















































# NOSSO LUGAR

Centro de Acolhimento e Alternância  
Universidade Federal da Fronteira Sul

**DOCENTES  
COORDENADORES:**  
NAUIRA ZANIN  
VINICIUS LINCZUK

**PROJETO DE EXTENSÃO  
VINCULADO AO LAB CROKI:**  
ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO  
INDÍGENA NA UFFS

**ESTUDANTES:**  
EDUARDO VORTMANN  
EDSON CORDEIRO  
FELIPE WALTER  
JEISSENY PINEDO  
MARIA VALENTINA OLIVEIRA  
LEONARDO PEREIRA

LABCROKI



**F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES N° ETP 34/2025 - SEO (10.55)**  
(N° do Documento: 3)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 07/07/2025 11:09 )

ADEMIR TANCINI

ENGENHEIRO-AREA

DPCE (10.55.03)

Matrícula: ###404#8

(Assinado digitalmente em 09/07/2025 09:16 )

ADRIANA FREITAG MIGOTT

ARQUITETO E URBANISTA

DPA (10.55.04)

Matrícula: ###646#1

(Assinado digitalmente em 10/07/2025 18:46 )

ADRIANA REMIAO LUZARDO

DIRETOR DE UNIDADE - TITULAR

CCH (10.41)

Matrícula: ###888#2

(Assinado digitalmente em 07/07/2025 14:25 )

CLAUDIO LUIZ POMPERMAIER

ENGENHEIRO-AREA

DPA (10.55.04)

Matrícula: ###168#4

(Assinado digitalmente em 07/07/2025 16:28 )

DAIANE REGINA VALENTINI

SECRETARIO(A) - TITULAR

SEO (10.55)

Matrícula: ###769#2

(Assinado digitalmente em 09/07/2025 11:08 )

DANIEL ESPIG

ENGENHEIRO-AREA

DPCE (10.55.03)

Matrícula: ###402#1

(Assinado digitalmente em 07/07/2025 11:10 )

DIEGO GNOATTO

TECNICO EM ELETROTECNICA

DPCE (10.55.03)

Matrícula: ###408#6

(Assinado digitalmente em 07/07/2025 11:12 )

EDSON ANTONIO SANTOLIN

COORDENADOR GERAL - TITULAR

ADM - RE (10.40.08)

Matrícula: ###800#9

(Assinado digitalmente em 07/07/2025 16:09 )

ELIZABETE MARIA DA SILVA PEDROSKI

COORDENADOR GERAL - TITULAR

ADM - ER (10.44.06)

Matrícula: ###280#0

(Assinado digitalmente em 07/07/2025 11:21 )

FABIO ALEX ZENARO

ENGENHEIRO-AREA

DOC (10.55.02.02)

Matrícula: ###658#9

(Assinado digitalmente em 09/07/2025 10:44 )

FABRICIO BALESTRIN

ENGENHEIRO-AREA

ASSINFR - RE (10.40.08.05)

Matrícula: ###730#5

(Assinado digitalmente em 09/07/2025 13:33 )

GIOVANI FAVERO

TECNICO DE LABORATORIO AREA

DDI (10.55.04.02)

Matrícula: ###676#0

(Assinado digitalmente em 07/07/2025 11:10 )

JULIANA ANA CHIARELLO

ENGENHEIRO-AREA

ASSINFR - ER (10.44.06.05)

Matrícula: ###643#0

(Assinado digitalmente em 10/07/2025 16:23 )

RODRIGO EMMER

ENGENHEIRO-AREA

DPA (10.55.04)

Matrícula: ###708#2

(Assinado digitalmente em 04/07/2025 17:33 )

SANDRA SALETE VILBERT

(Assinado digitalmente em 10/07/2025 15:42 )

SILVIO ANTONIO TESTON

CHEFE - TITULAR  
DAADM (10.55.01)  
Matrícula: ###676#4

ENGENHEIRO-AREA  
DPCE (10.55.03)  
Matrícula: ###624#5

*(Assinado digitalmente em 07/07/2025 11:03 )*

WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS

COORDENADOR GERAL - TITULAR

ADM - LS (10.42.10)

Matrícula: ###243#3

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 3, ano: 2025, tipo: **F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**, data de emissão: 04/07/2025 e o código de verificação: **9d8a29c660**